

Por determinação de Sua Excelência o Presidente da A.R. a DSADES

#### ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente N.º de Entrada 58553 Classificação

A sua Excelência o

Presidente da Assembleia da República

Nos termos legais e regimentais aplicáveis, as Deputadas e os Deputados abaixo-assinados propõem os seguintes candidatos para o:

# CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Abílio de Almeida Morgado

### CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA INTERNA

Jorge Lacão Costa

PROVEDOR DE JUSTIÇA

Maria Lúcia da Conceição Abrantes Amaral

**CONSELHO REGULADOR DO ERC** - 780 COM NY

Maria de Fátima Gravata de Resende Lima Francisco de Paula Melo de Azevedo e Silva Mário António da Mota Mesquita João Pedro Figueiredo



\* × 3 T . Junta-se as respetivas declarações de aceitação e curriculum vitae.

Com os melhores cumprimentos,

Palácio de São Bento, 13 de outubro de 2017

As Deputadas e os Deputados,

Color Good Ferranos

Flavoricio Characos

Minoranos

Minor

## DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DA CANDIDATURA

Aceito ser candidata, por proposta do Grupo Parlamentar do PPD-PSD à eleição do Provedor de Justiça, a realizar nos termos do disposto pela *alínea* h) do artigo 163.º da Constituição da República.

Marie Lelcia Averageal

Lisboa, 13 de Outubro de 2017

Maria Lúcia Amaral

### MARIA LÚCIA AMARAL

#### CURRICULUM VITAE (abreviado)

Maria Lúcia da Conceição Abrantes Amaral nasceu a 10 de Junho de 1957 em Angola, Huambo.

É Professora Catedrática de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Foi, por eleição da Assembleia da República, juíza no Tribunal Constitucional entre 4 de Abril de 2007 e 22 de Julho de 2016. Eleita pelo Plenário do Tribunal sua Vice-Presidente, exerceu o cargo entre 2 de Outubro de 2012 e 22 de Julho de 2016.

È licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde prestou provas de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas (1986) e provas de Doutoramento em Direito Constitucional (1998).

Integrou o quadro dos professores da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa logo após a sua fundação, em 1998. Aí exerceu as funções de Professora Auxiliar, de Professora Associada e, desde 2009, de Professora Catedrática, tendo nessa Faculdade prestado provas de Agregação em Direito Público em Janeiro de 2010.

É actualmente membro de várias sociedade científicas internacionais das sua especialidade, entre as quais se contam o Instituto Ibero -Americano de Direito Constitucional, presidindo à sua Secção Portuguesa, a Associação Internacional de Direito Constitucional, tendo sido eleita para o seu comité executivo, e, finalmente, a Associação Europeia Jus Publicum Eurpaeum.

Autora de numerosos escritos no âmbito da sua especialidade, editados em língua portuguesa e também em castelhano, francês, inglês e alemão. Entre estes destacam-se,

em língua portuguesa, A Forma da República (Coimbra, 2012, reimpressão) e Responsabilidade do Estado e Dever de Indemnizar do Legislador (Coimbra, 1998).

Tem mantido uma actividade constante de conferencista, em Portugal e no estrangeiro, sempre sobre temas da sua especialidade. Destaca-se, para efeitos de um *curriculum abreviado*, algumas dessas últimas actividades: a 7 de Outubro de 2016 foi mandatária do Grande Encontro da Fundação Francisco Manuel dos Santos *Que Democracia*; a 26 de Novembro de 2016 foi convidada de honra do Congresso do Instituto Pimenta Bueno, reunido no Brasil, na cidade de Porto Alegre.